



NÓS ESTAMOS AQUI: A POPULAÇÃO LGBT NO CONTEXTO EDUCACIONAL E GARANTIA DE DIREITOS

Diana Maria da Silva Sousa

Psicóloga, Pós-graduada em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela IBGM/Cursando Pós-graduação em Clínica Psicossocial pela FAINTVISA; Técnica Social do Centro de Referência de assistência Social – CRAS – Bom Jardim- PE/ Coordenadora Municipal do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – Bom Jardim/PE

dianasousapsi25@gmail.com

Resumo

Esse tem o intuito de analisar as diretrizes e políticas públicas voltadas a população LGBT no Município de Bom Jardim – PE, utilizando uma pesquisa bibliográfica e documental. As pesquisas iniciais indicam que existe uma lacuna entre os materiais científicos produzidos a cerca dessa população e o acolhimento nos serviços, no que se refere aos estigmas, preconceitos e discriminações à população LGBT, instituídos nos lugares da patologia e exclusão social e os atuais processos de afirmação das identidades LGBT, nestes espaços. Assim sendo, pôde-se constatar a necessidade da proteção e do respeito ao direito à sexualidade, a orientação sexual e as expressões da identidade de gênero envolvendo a garantia do acesso aos serviços e políticas públicas.

Palavras-Chave: LGBT; diversidade; sexualidade; LGBT; Educação.

1. Introdução

Apesar da consolidação da democracia e dos avanços no que se refere aos direitos humanos, a experiência do sofrimento mental dos sujeitos LGBT, em seus processos de construção de identidades, aponta contradições que devem ser aspiradas e levadas em consideração na perspectiva da promoção da equidade a partir das suas singularidades e vulnerabilidades específicas. Já que existe uma lacuna entre os materiais científicos produzidos a cerca dessa população e as mudanças sócio-culturais e sanitárias, no que se refere aos estigmas, preconceitos e discriminações à população LGBT. Podemos tomar como alusão os aspectos sócio-culturais que instituíram esses sujeitos nos lugares próprios da patologia, do desvio, da segregação e da exclusão social e os atuais processos de afirmação das identidades LGBT no contemporâneo, elencando a necessidade de enfrentamento ao preconceito e discriminação nos serviços ofertados.

A questão da marginalização, discriminação e estigmatização da população LGBT são rotineiramente enfrentadas por esses sujeitos, seja em casos de desrespeito e violência, em situações vexatórias e preconceituosas e em particular, na dificuldade de acesso aos diversos serviços ofertados, mas em especial no sistema educacional levando a população LGBT, em



sua maioria, a um sofrimento psicossocial intenso, considerando-se anormais e desviantes da normatividade dominante entre os sexos e gêneros. Os quais, frente às suas angústias, medos e inseguranças, geram conflitos repressores de si, produzindo transtornos mentais de diversos tipos, ou apelam para saídas mais radicais, como a abuso de substâncias psicoativas, automutilação e até mesmo o suicídio.

Sendo assim, o objeto deste estudo é a população LGBT no contexto escolar, e o objetivo é criar um grupo de diálogos e análise de diretrizes educacionais. Identificando a partir da análise dos cadastros de famílias acompanhadas pelo Programa de Atenção Integral as Famílias - PAIF no Centro de Referência em Assistência Social e do NUCA, assim como, em visitas à escolas e comunidades e experiência anterior como professora da rede municipal de ensino, a população LGBT (Lésbicas; Gays; Bissexuais; Travestis e Transexuais).

Destacamos assim, a necessidade imperiosa da proteção e do respeito ao direito à sexualidade, a orientação sexual e as expressões da identidade de gênero que envolve, necessariamente, a garantia do acesso aos serviços garantidos, mas que necessitam revisar e operar com capacitações na formação dos profissionais que operam essas políticas públicas, que reproduzem os discursos midiáticos estereotipados e discriminatórios e que relacionados ao campo da saúde mental fragilizando uma atenção e cuidado qualificados a essa população LGBT. Com isso, o objetivo é analisar as diretrizes e políticas públicas voltados a população LGBT. Identificando a partir da análise dos cadastros de famílias acompanhadas pelo Programa de Atenção Integral as Famílias - PAIF no Centro de Referência em Assistência Social e do NUCA, assim como, em visitas à escolas e comunidades, a população LGBT (Lésbicas; Gays; Bissexuais; Travestis e Transexuais).

Quanto mais se avança nos direitos humanos LGBT, mais se apresentam também as formas discriminatórias e violentas. Nesse contexto é que se instituem, a partir da esfera pública, sejam municipais, estaduais ou federal, os Centros de Referência de Promoção de Cidadania LGBT, que devem atuar de forma intersetorial com as políticas de saúde, com as de educação e assistência social. A Lei 10.216/2001, que é a nova Política Nacional de Saúde Mental, rompe paradigmas biomédicos psiquiátricos, do tratamento medicamentoso e da centralidade do modelo hospitalocêntrico-manicomial. A saúde mental da população LGBT, no referido documento, aparece relacionado a lógica das perturbações mentais (BRASIL, 2010, p. 11 *apud* DUARTE, 2011). Focando reduzir os problemas relacionados à saúde mental, drogadição, alcoolismo, depressão e suicídio entre LGBT, atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde (Op. Cit. 18).



O profissional da educação, no cotidiano com os sujeitos LGBT, devem promover o respeito às diferenças singulares como princípio ético imanente da condição humana, e por isso, as mesmas não podem ser usadas como instrumento de reprodução dos tratamentos desiguais e discriminatórios. A escuta, o acolhimento, o território, a subjetividade, o afeto, a responsabilização, a referência, a ética e o respeito à diferença, são operações ético-estéticas que se articulam aos princípios do SUAS e da Reforma Psiquiátrica, da integralidade do cuidado que devem ser pauta também no contexto da educação.

A ação do profissional, contraditoriamente, pode ser uma relação pedagógica e emancipatória, em que tanto profissional quanto usuários são sujeitos, onde o diálogo e a colaboração são fundamentais e os significados do processo saúde-doença devem ser negociados e conversados, ou não. O cuidado a qualquer sujeito, independente da sua sexualidade e das identidades de gênero, não pode ficar restrita à abordagem reducionista da sua saúde mental.

Desta forma, diversas temáticas devem ter um maior destaque no que se refere aos profissionais e sua atuação: **formação e educação permanente para os profissionais** (como uma forma de reconhecer e erradicar as práticas e os efeitos perversos dos processos de discriminação e de exclusão no cotidiano dos serviços, no sentido de reverter a mudança de tais atitudes no contexto educacional); **direitos humanos e saúde mental** (combate ao estigma, respeito à diferença e à diversidade, garantia dos direitos sociais e civis e cidadania); **violência e saúde mental** (redução das desigualdades por orientação sexual e identidade de gênero, combate a homofobia, lesbofobia, e a discriminação nas instituições e serviços do Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social e Educação, como agravantes do sofrimento desta população no âmbito da sociedade em geral); **acessibilidade** (garantia de acesso à educação, à saúde, considerando a orientação sexual e identidade de gênero como determinantes sociais da saúde e as desfavoráveis condições de saúde desta população, visando a eliminação das iniquidades e desigualdades em saúde e o enfrentamento de outros condicionantes sociais para este grupo populacional na determinação da saúde mental destes sujeitos em particular).

Este estudo tem como pontapé inicial a pesquisa bibliográfica além da pesquisa documental pois será efetivado por meio de: fontes e bibliografias, de autores que permitam uma análise, contendo uma abordagem realística e executável da temática, valorizando conceitos, ideias principais, a problemática da pesquisa e seus objetivos, além de buscar informações e dados que possam nortear o planejamento de futuras atividades. Para que essa população possa ser atendida no interior das políticas sociais, de saúde e educacional,



considerando as especificidades no que tange a garantia dos serviços a esse público. Assim como, combater as desigualdades e garantir a inclusão social.

2. Considerações Finais

Há uma crescente necessidade da proteção e do respeito ao direito à sexualidade, a orientação sexual e as expressões da identidade de gênero envolvendo a garantia do acesso aos serviços e políticas públicas. E é a partir disso que são necessários estudos frequentes fazendo com que estas políticas que possuem raízes patriarcais bem fortes possam dar início possam ser reestruturadas, assim como as crenças culturais reelaborando o modo de ver a diversidade sexual, enxergando que principalmente na educação existem gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, e que eles têm direitos e estão inseridos nas políticas públicas.

3. Referências Bibliográficas

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília (DF), 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de LGBT**. Brasília (DF), 2009.

BRASIL. **Previdência em Questão**. Informativo Eletrônico do Ministério da Previdência Social. Brasília (DF), 18 de janeiro de 2012, n. 56, 2012.

BRASIL. **Texto base da 1ª conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília (DF), 2007.

BRASIL. **Saúde da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais**. Texto de difusão técnico-científica do ministério da saúde, Brasília (DF), v. 42, n. 3, p. 570-573, 2008.

BRASIL. **Texto base da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT**. Brasília (DF), 2011.

DUARTE, M. J. O. Diversidade Sexual, Políticas Públicas e Direitos Humanos: Saúde e Cidadania LGBT em cena. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 7798, jan/jun. 2014.

MELLO, L. et al. Políticas Públicas de Trabalho, Assistência Social e Previdência Social para a população LGBT no Brasil: Sobre desejos, Realizações e Impasses. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n.1, p. 132-160, jan./jun. 2013.



AVELAR, B. R; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para população LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, maio./ago. 2012.
PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas e questões**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. (orgs). **Política social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, R. C. C. Mecanismos de proteção social construído pelos homossexuais. In: GÓIS, J. B. H. (org). **Questão social e proteção social**. Rio de Janeiro: Imo's, 2013. 222 p.

SANTOS, S. M. M. Direitos, desigualdade e diversidade. In: BOSCHETTI, I. (orgs). **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, R. P. **A concepção de Família da Política de Assistência Social – Desafios à Atenção às Famílias Homoparentais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social)- Programa de Pós Graduação em Política Social/UNB, Brasília (DF), 2012.

